

Relatório de Sustentabilidade 2008



Dimensão Geral

Porto Alegre, 15 de junho de 2009.

Prezado (a) leitor (a)

Este é o primeiro ano que colocamos à sua disposição o Relatório de Sustentabilidade da Companhia de Geração Térmica de Energia (CGTEE), elaborado com base na terceira geração das diretrizes do Global Reporting Initiative GRI/G3 nível de aplicação C.

O desenvolvimento econômico da empresa depende da nossa capacidade de realizarmos novos investimentos com visão estratégica e sustentável. As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura sistêmica e inovativa, não só para agregar valor, mas também visando a incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Dentro desse enfoque, a empresa vem desenvolvendo um modelo de gestão voltado para a construção de um futuro sustentável, baseado na busca de uma performance de qualidade superior, tanto no aprofundamento das relações com seus *stakeholders*, como melhorias e inovações no processo produtivo.

A nossa visão de futuro é ser, em 2015, a referência nacional de geração térmica convencional, com diversidade de fontes de combustível, com ênfase no aproveitamento do carvão mineral, triplicando a capacidade instalada.

A CGTEE tem adotado em seu Planejamento Estratégico um conjunto de medidas para garantir sua sustentabilidade e cumprir seus objetivos e obrigações com a sociedade. Tais ações vão desde a realização de investimentos economicamente viáveis e que possam garantir a expansão da empresa com responsabilidade sócioambiental, até às ações que visem à redução dos valores do seu custeio e a economicidade.

Dentro desse contexto, comprometida com os princípios e práticas de sustentabilidade, desde junho de 2008 a CGTEE é signatária do Pacto Global, uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial das melhores práticas de negócios e de valores fundamentais aceitos internacionalmente nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Encontra-se em pleno andamento o processo de adequação à Lei Sarbanes Oxley, que visa adequar nossos processos internos e garantir maior confiabilidade e transparência aos relatórios financeiros, consolidando assim as melhores práticas da governança corporativa.

O desenvolvimento sustentável é nosso maior desafio! O sucesso de nossa organização depende de um novo modo de agir e de pensar, uma vez que os resultados econômicos estão atrelados aos impactos sociais e ambientais. Este relatório visa à prestação de contas de nossas ações junto à sociedade, possibilitando um diálogo aberto capaz de proporcionar a melhoria contínua de nosso desempenho rumo ao desenvolvimento sustentável.

Boa leitura,

SERENO CHAISE
Diretor Presidente

VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
Presidente do Conselho de Administração

Sumário

Informações 7

Perfil 8

Governança Corporativa 9

Missão, Valores, Visão, Negócios e Futuro 10
Composição Societária 12

Responsabilidades com as partes interessadas 14

Comissão de Ética 15
Ouvidoria Geral 15
Portal da Transparência 15
Comitê de Sustentabilidade 15

Dimensão Econômica 16

Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços 17
Valor adicionado 18
P&D ANEEL 21
Investimento em P&D por temas estratégicos em relação ao faturamento 21

Dimensão Social 22

Responsabilidade Social 22
Comitês 25
Comunicação e Participação em Saúde e Segurança 25
Acidentes de Trabalho 25

Direitos Humanos 26

Pacto Global 26
Balanço Social 27

Dimensão Ambiental 30

Índice GRI 37

Nível de aplicação 45

Informações

As informações apresentadas neste relatório referem-se ao período do ano civil de 2008, trata-se do primeiro relatório de Sustentabilidade da empresa, elaborado segundo as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI). A CGTEE publica anualmente o seu relatório de gestão, a partir do ano de 2007 a empresa passou a adotar um modelo de relatório onde o tema da sustentabilidade passa a figurar com mais força e cujo modelo seguido foi o proposto pela ANEEL e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Este relatório contou com a participação de todas as áreas da empresa e envolveu a Usina Presidente Médici em Candiota, Usina de São Jerônimo em São Jerônimo, o Centro de Manutenção em São Leopoldo e, por fim, a Usina NUTEPA e a Sede Administrativa, ambas em Porto Alegre, no fornecimento das informações e no comprometimento com os indicadores de sustentabilidade. Para a coordenação deste

relatório a CGTEE conta com o Comitê de Sustentabilidade aprovado pela Diretoria Executiva onde todas as áreas são representadas. Comentários e críticas podem ser enviadas para o e-mail ouvidoria@cgtee.gov.br.

O Relatório de Sustentabilidade 2008 relata as informações referentes à gestão da empresa envolvendo todas as suas unidades de produção e administrativa descrevendo os indicadores e seus programas socioambientais.

A CGTEE declara que este relatório é o primeiro em que a empresa passa a utilizar as diretrizes do GRI nível C, e por consequência ainda sem a utilização da ferramenta de verificação externa. Para o ano de 2009 a empresa espera avançar para a possibilidade de já contar com a chancela de uma verificação externa e assim poder estar enquadrada no nível C+.



Perfil

Nome:

Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica (CGTEE)
Rua 07 de setembro, 539 - Centro - Porto Alegre
RS Brasil, CEP: 90010.190. Fone: (51) 3287.1500

Natureza Jurídica:

Sociedade de economia mista

Produto:

Geração de energia termelétrica

Unidades de Negócio:

A estrutura administrativa localizada na cidade de Porto Alegre. O parque gerador é composto por 03 usinas localizadas em Candiota, São Jerônimo e Porto Alegre, totalizando 490MW de potência instalada e um centro de manutenção localizado em São Leopoldo.

Mercados atendidos:

Nacional e Internacional

Porte da Organização:

Empresa de porte médio (547 funcionários)

Investimentos:

Usina de 350MW denominada
Candiota III (Fase C), em construção

Prêmios:

Selo pró-equidade de gênero pela Secretaria
Especial de Políticas para Mulheres da
Presidência da República

Governança Corporativa

O novo cenário internacional aponta para a diversificação da matriz energética em função do desenvolvimento da economia e do comportamento do petróleo, devido à instabilidade dos países produtores. Além disso, cresce a consciência crítica da humanidade em relação aos prejuízos do “efeito estufa” para o ecossistema. Entretanto, a realidade da produção de energia mundial, demonstra que 87% da energia gerada advém das fontes tradicionais de energia.

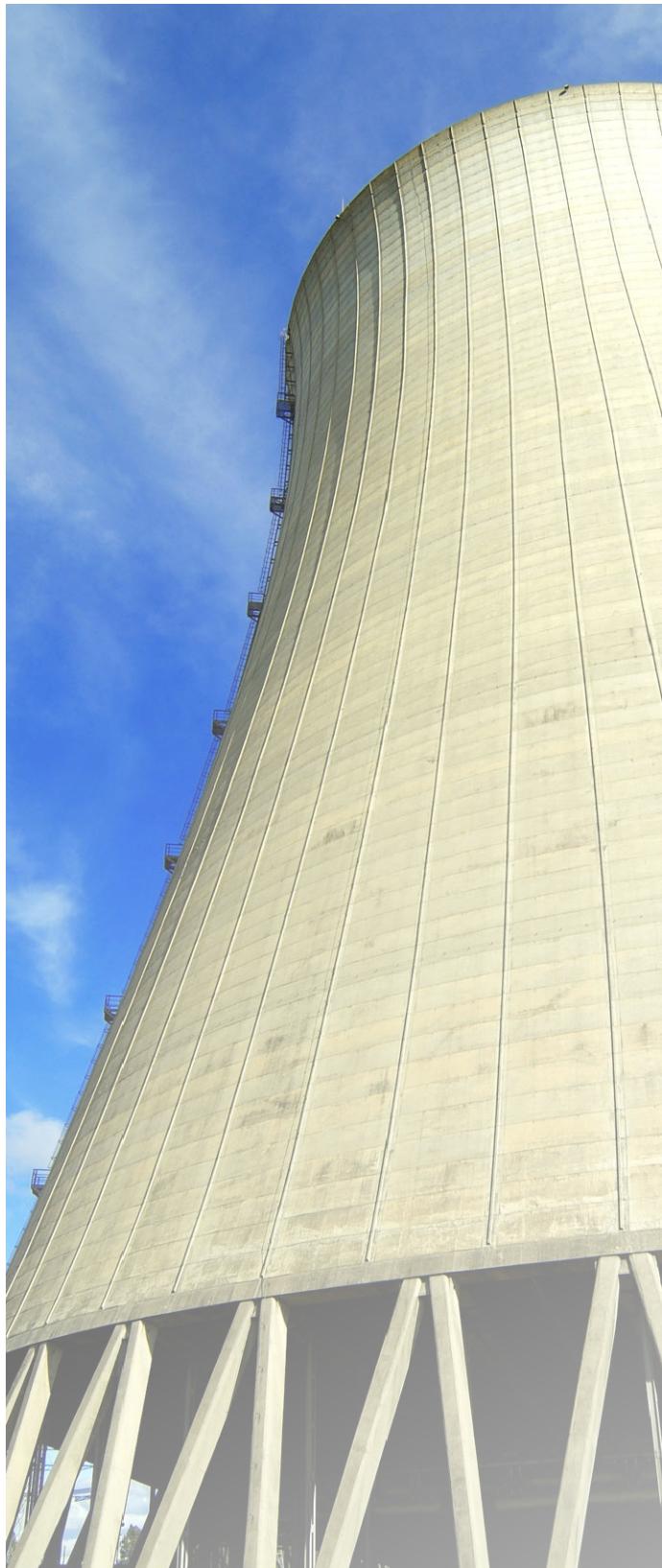
No Brasil, a situação é mais favorável, pois de acordo com os dados do MME, referentes a 2005, a matriz energética brasileira tem 45,5% do total de energia utilizada, proveniente de fontes renováveis, biomassa (29,6%), hidráulica (14,9%) e 54,5% de fontes não renováveis, como o gás natural (9,4%), petróleo (38,6%), carvão mineral (5,7%) e urânio (1,2%).

Com relação à futura oferta e demanda mundial de energia elétrica para as próximas décadas, a Agência Internacional de Energia, em seu relatório (Perspectiva de Energia, 2006), prevê a duplicação do consumo de energia até 2030. O documento estima que a demanda líquida de energia global irá passar de 14,781 trilhões de KWh, para 30,116 trilhões de KWh, em 2030; implicando crescimento médio da oferta na ordem de 2,7% ao ano.

Para o Brasil, a Empresa de Pesquisa Energética projeta em seu “Plano Nacional de Energia” que o setor elétrico brasileiro precisará adicionar em seu parque gerador, 3,6 mil MW ao ano, para suprir a expansão de consumo de 346 milhões de MWh para mais de um bilhão de MWh, no início da 3ª década do milênio.

O novo modelo regulatório do setor elétrico, busca a retomada dos investimentos com parcerias públicas/privadas para atender a necessidade de expansão da demanda de energia elétrica, sob as condições de modicidade tarifária e universalização de energia.

Esse quadro de crescente expansão da geração, acompanhado de uma matriz energética favorável, abre espaços para a elevação da capacidade instalada e a inserção de novas fontes alternativas de energia, aliadas às características regionais do Parque Elétrico.



Missão

Consolidar e expandir a geração térmica de energia elétrica, com confiabilidade, competitividade e responsabilidade social e ambiental, promovendo o desenvolvimento.

Valores

Ética, integração, comprometimento, valorização das pessoas, confiabilidade, eficiência, rentabilidade, excelência na gestão, transparência, responsabilidade social e ambiental.

Visão

Ser, em 2015, a referência nacional de geração de energia térmica convencional, com diversidade de fontes de combustível, com ênfase no aproveitamento do carvão mineral, triplicando a capacidade instalada.

Negócios

A CGTEE, para convergir com seu plano estratégico em busca de ser uma empresa nacional de referência na geração de energia termelétrica, necessita dominar as diversas fontes de combustíveis. Para tanto, além do parque instalado, praticamente a base de carvão mineral, se faz necessário o desenvolvimento de novos projetos referentes à diversificação de fontes de geração a gás (natural e biogás), renováveis e biodiesel que precisam ser incorporadas à base tecnológica da empresa, sem perder a ênfase no carvão mineral.

Futuro

- Implantação da usina termelétrica a carvão mineral nacional, denominada Candiota III (Fase C), ampliando a capacidade instalada de 490 MW para 840 MW.
- Exportação de energia para o Mercosul.
- Construção de empresa geradora de energia com fontes renováveis e participação em negócios de créditos de carbono.
- Desenvolvimento de tecnologias limpas (projeto de construção de pequenas termoelétricas): Em 2003, o Conselho do Sistema Eletrobrás (CONSISE) instituiu o Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CICOP). Este Comitê criou a força tarefa 09. Dentre as atividades estabelecidas encontra-se a “Termeletricidade no Grupo Eletrobrás”, com o propósito de desenvolver tecnologia nacional avançada (limpa e de alta eficiência), para a geração de energia elétrica em pequenas centrais termelétricas, a partir de combustíveis sólidos e abundantes no Brasil.

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), controlada pela Eletrobrás, sociedade de economia mista, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica. Constituída em 28 de julho de 1997, atua exclusivamente na atividade de geração de energia elétrica. A partir do Ato Declaratório nº 3, de 7 de agosto de 1997 e do Despacho de 15 de outubro de 1997, ambos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, foram transferidos para a Companhia os direitos de exploração das seguintes usinas termelétricas: *Usina Presidente Médici*, Fases A e B, localizada no município de Candiota; *Usina de São Jerônimo*, localizada no município de

São Jerônimo; e *Usina da NUTEPA*, localizada no município de Porto Alegre, todas no estado do Rio Grande do Sul, tendo suas concessões prorrogadas pelo prazo de vinte anos, contados a partir de 8 de julho de 1995, através da Portaria nº 265 de 27 de julho de 1999 do Ministério de Minas e Energia. Em 13 de setembro de 2000, foi assinado com a ANEEL, o contrato de concessão de geração nº 67/2000, cujo termo de concessão das três usinas termelétricas encerrar-se-á em 7 de julho de 2015. O parque gerador da Companhia possui uma potência instalada de 490 MW cuja geração efetiva atende ao despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Usinas Termelétricas	Capacidade Instalada	Data da Concessão	Data do Vencimento
UTE Presidente Médici	446	8/7/1995	7/7/2015
UTE São Jerônimo	20	8/7/1995	7/7/2015
UTE NUTEPA	24	8/7/1995	7/7/2015

A CGTEE, para convergir com seu plano estratégico em busca de ser uma empresa nacional de referência na geração de energia termelétrica, necessita dominar as diversas fontes de combustíveis. Para tanto, além do parque instalado praticamente a base de carvão mineral, se faz necessário o desenvolvimento de novos projetos referentes à diversificação de fontes de geração que precisam ser incorporados à base tecnológica da empresa, sem perder a ênfase no carvão mineral.



Usina de São Jerônimo



Nutepa (Nova Usina Térmica de Porto Alegre)

Composição Societária

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás possui 99,94% das ações da CGTEE, sendo o restante dividido entre a CGTEE, pessoas físicas e jurídicas.

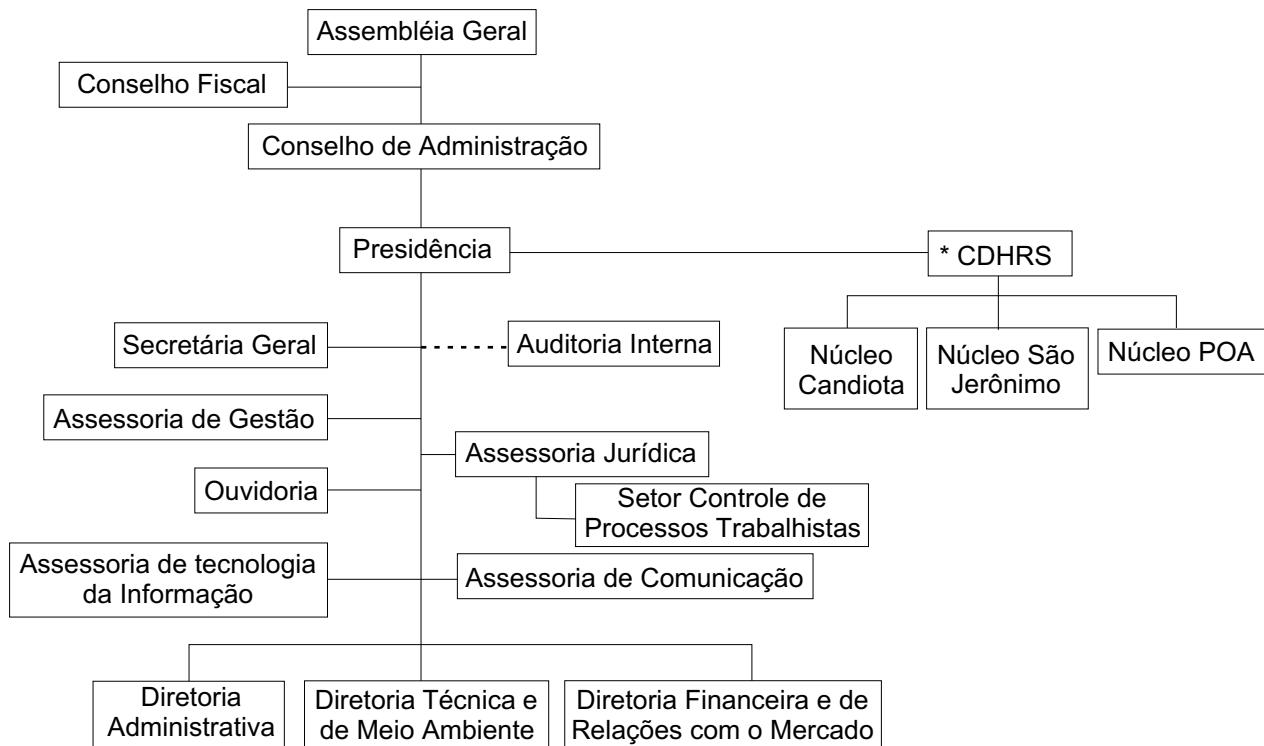
Composição do Conselho de Administração, Fiscal e da Alta Gestão:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	NOME
PRESIDENTE	Valter Luiz Cardeal de Souza
CONSELHEIRO	Sereno Chaise
CONSELHEIRO	Ricardo Spanier Homrich
CONSELHEIRO	Mauro Henrique Moreira de Sousa
CONSELHEIRO	Joaquim Antônio de Carvalho Brito
CONSELHEIRO	Cristian William de Sousa Cunha

CONSELHO FISCAL	NOME
PRESIDENTE	Celina Maria de M. Brinckmann
CONSELHEIRO	André Luiz Barreto de Paiva Filho
CONSELHEIRO	Ildo Wilson Grudtner

DIRETORIA	NOME
DIRETOR	Sereno Chaise
DIRETOR	Clovis Ilgenfritz da Silva
DIRETOR	Luiz Henrique de Freitas Schnor
DIRETOR	Eduardo Antônio Peters

Organograma da Alta Gestão:



* "CDHRS" Coordenadoria de desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Estrutura dos Conselhos:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), é um órgão colegiado, com funções deliberativas, composto por um Presidente e cinco Conselheiros, eleitos pela Assembléia Geral, na forma do art. 12 do Estatuto, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. O Conselho é assim composto (conforme Art. 12, parágrafo 1º, incisos I, II e III do Estatuto Social da Companhia):

Um membro é indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

O Diretor-Presidente da Companhia é membro nato no Conselho;

Quatro membros são indicados pelo Ministério de Minas e Energia, dentre os quais um será indicado como Presidente do Conselho;

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, sendo um dos membros efetivos e respectivo suplente, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, e os demais, indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia. A escolha dos Conselheiros é realizada dentre pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Mandato de um ano, podendo ser reeleito. (art. 29 do estatuto Social da Companhia).

Diretoria Executiva

A Diretoria da Companhia constitui-se por um Diretor-Presidente e de até 3 (três) Diretores indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. (Art. 17 do Estatuto Social da Companhia).

Destaca-se que os Conselhos Administrativo e Fiscal realizam reuniões mensais, e a Diretoria Executiva realiza reuniões semanais.

Responsabilidades com as partes interessadas

O processo para identificação e seleção de *stakeholders* (partes interessadas), com os quais a empresa vem gradativamente estreitando suas relações, está baseado nos atores que interagem permanentemente com a empresa e cujo resultado empresarial depende deste público ou atinge estes

públicos. Em outras palavras, a empresa definiu como principais atores de sua performance todos aqueles que contribuem direta ou indiretamente com o resultado da empresa, assim como, aqueles que recebem os reflexos provenientes deste resultado.

Partes interessadas	Detalhamento	Canais de comunicação
Acionistas e investidores	Eletrobrás – Acionista majoritária (99,94%)	Assembléias Ordinárias e Extraordinárias
Clientes	AES SUL, CEEE, RGE e mais 32 distribuidoras de energia;	Obedece Estatuto da CCEE – relações entre agentes de mercado; Ouvidoria
Fornecedores	Pequenas, médias e grandes empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de materiais.	Mensagem eletrônica e editais
Empregados	Nº de empregados: 534 Nº de estagiários: 77	Reuniões com Diretoria; Intranet; Boletim informativo; Relatório de Gestão; Portal transparência
Órgãos e Programas Públicos	MME – Programa Luz Para Todos	Pesquisas de campo e palestras
Organizações Sociais, Ambientais e Comunidade	FURG – Projeto Microalgas CEFET-RS – Projeto Escola de Fábrica UFRGS – Programa de Monitoramento Ambiental EMBRAPA – Projeto Quintais	Pesquisas de campo e palestras; Aulas práticas e teóricas para a comunidade; Desenvolvimento de projetos; Relatórios de monitoramento

Visando propiciar condições para a modernização da empresa com base na ética, transparência da informação, responsabilidade socioambiental e valorização dos direitos humanos, a CGTEE, alinhada às diretrizes do Sistema Eletrobrás, aperfeiçoou seus processos, cujas premissas são transparência, prestação de contas (accountability), sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e equidade.

Neste sentido, destacam-se a seguir as principais ações desenvolvidas.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética tem como finalidade orientar e aconselhar sobre ética profissional os integrantes da CGTEE, quanto ao tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete também à Comissão representar a Comissão de Ética Pública, supervisionando a observância da Alta Administração Federal, bem como promovendo a adoção de normas de conduta éticas específicas para os integrantes da CGTEE.

Submete-se ao Código de Ética, no que couber, todo aquele que, por força da lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente à CGTEE.

Destacamos as principais ações desenvolvidas em 2008: disponibilização do Código de Ética na página eletrônica da Empresa e na *intranet*, bem como link de acesso à Comissão de Ética, revisão do Manual de Procedimentos para a adequação aos compromissos de sustentabilidade socioambiental, destinação de espaço físico às reuniões, audiências e guarda de documentos da Comissão de Ética.

Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral tem a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápida e eficiente entre a direção da empresa e o público interno e externo, colaborando para o alcance da eficiência na prestação dos serviços, da transparência, da ética no planejamento e na excelência da gestão administrativa.

Em 2008 com o objetivo de fortalecer a Ouvidoria, várias medidas foram adotadas: campanhas preventivas aos assédios moral e sexual, desenvolvida conjuntamente com o Comitê de Gênero, postagem de atalho na página eletrônica da empresa, divulgação do funcionamento nos boletins informativos, relatório anual disponível ao público interno e externo na página eletrônica, instalação de urnas e participação em fóruns.

Portal da Transparência

Tem como objetivo disponibilizar informações no site da empresa sobre execução orçamentária e financeira, licitações, contratações, convênios, instrumentos congêneres, diárias e passagens.

Comitê de Sustentabilidade

Em 2008 a CGTEE apresentou o seu relatório socioambiental em conformidade com o que estabelece a ANEEL. Também consolidou indicadores para a apresentação do relatório de sustentabilidade da GRI (Global Report Initiative), que terá sua primeira edição publicada em 2009.



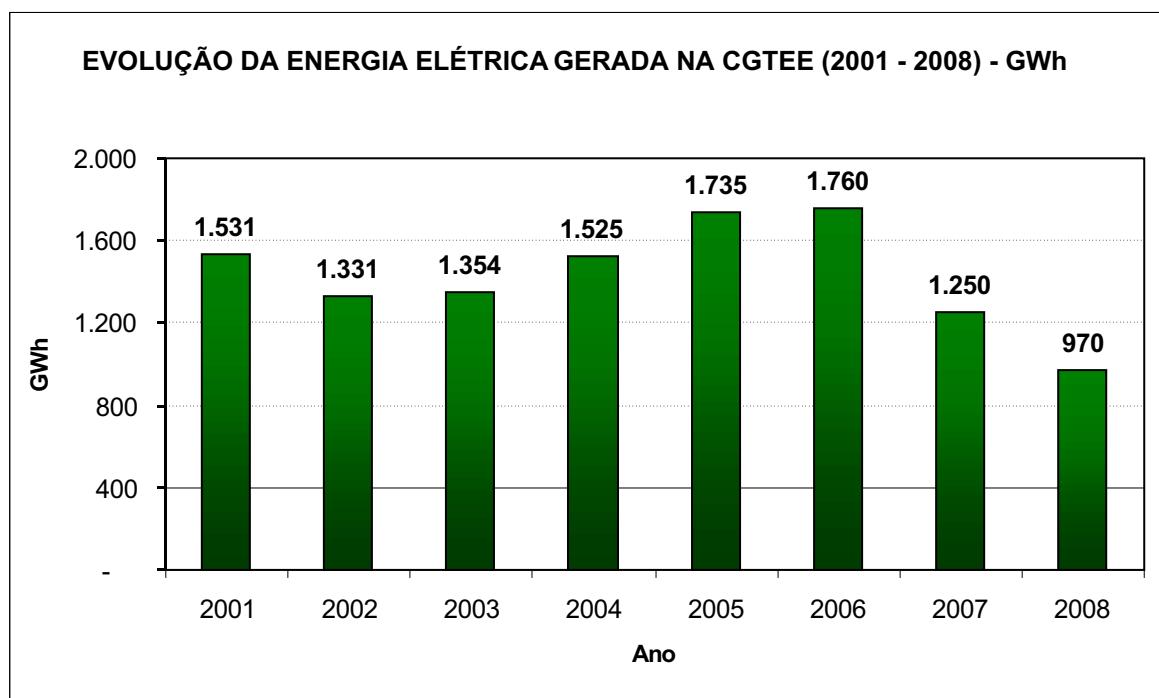
Dimensão Econômica

No ano de 2008, a geração bruta total da Companhia foi de 970GWh, representando uma redução de 22,4% em relação ao período de 2007.

Tal condição foi devido aos seguintes fatores ocorridos na Usina Termelétrica Presidente Médici:

1. Indisponibilidade total da unidade 1, durante todo o ano, devido à ruptura de palhetas da turbina.
2. Geradores de vapor das unidades 3 e 4, com elevada frequência de rupturas de tubos.

Estes fatores ocasionaram a elevação da indisponibilidade de geração das unidades da Usina Termelétrica Presidente Médici, repercutindo na exposição da Companhia aos preços da energia praticados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, que apresentou no 1º trimestre de 2008 preços por MWh muito superiores às médias históricas.



Energia direta produzida
Combustível Fóssil: 968.775 MWh

Energia direta vendida
Combustível Fóssil: 787.368 MWh

Energia direta consumida no processo produtivo
Combustível Fóssil: 181.407 MWh

Energia indireta comprada
Consumo de energia elétrica nos processos gerenciais:
Fontes renováveis: 1.275.152 KWh
Fontes não renováveis: 51.190 KWh

Valor adicionado

As informações relativas ao valor adicionado da Companhia são integrantes das Demonstrações Contábeis, através da “Demonstração do Valor Adicionado”, conforme estabelecido na NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade CFC, aprovada pela resolução CFC nº. 1.003/2004. A tabela a seguir, apresenta os coeficientes de distribuição do valor adicionado em 2008 em relação ao ano de 2007.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
2008		2007	
Colaboradores	63.367	Colaboradores	46.795
Governo	32.153	Governo	21.946
Agentes Financeiros	5.037	Agentes Financeiros	1.093
Acionistas	(292.202)	Acionistas	(69.149)

Componentes	Comentários
Valor Econômico direto gerado (x10 000)	
a) Receitas R\$195.975 Valor econômico distribuído	Vendas líquidas mais receitas provenientes de investimentos financeiros e venda de ativos, resultante da geração térmica de energia elétrica.
b) Custos operacionais R\$349.175	Pagamento para fornecedores, investimentos não estratégicos, royalties e pagamentos de facilitação.
c) Salários e benefícios de empregados R\$63.367	Total da folha de pagamentos para empregados (pagamentos atuais e não as obrigações futuras)
d) Pagamentos para provedores de capital R\$5.037	Todos os pagamentos financeiros feitos aos provedores de capital da organização (Empréstimos da controladora)
e) Pagamentos ao governo (por país) R\$32.153	Impostos brutos (contribuições sociais e impostos sobre o faturamento e sobre propriedade).
f) Investimentos na comunidade R\$620	Contribuições voluntárias e investimentos de fundo na comunidade como um todo (inclui doações), Projeto Escola de Fábrica.

Comentários detalhados:

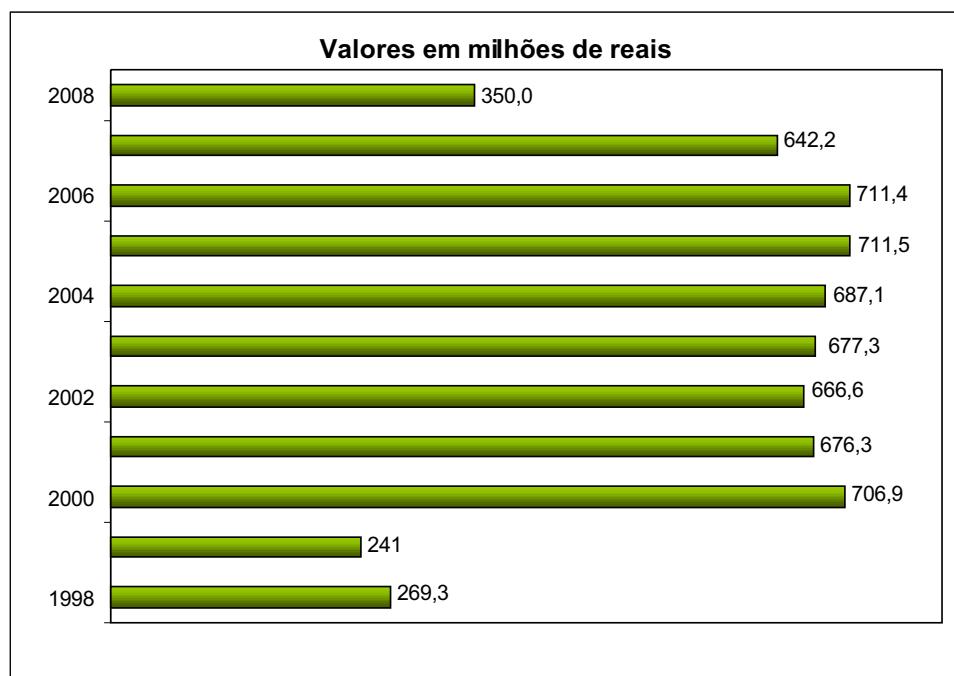
As vendas líquidas correspondem às vendas brutas de produtos e serviços menos devoluções, descontos e abatimentos. A receita da Companhia está concentrada em sua atividade principal que é Geração Térmica de Energia Elétrica gerada a partir da queima de carvão.

As receitas de investimentos financeiros incluem dinheiro recebido na forma de juros sobre empréstimos financeiros, rendimentos provenientes de participações de capital, como royalties e como renda direta gerada de ativos (ex.: aluguel de propriedades). As receitas financeiras da CGTEE são provenientes da gestão de recursos disponíveis para aplicação na construção da Usina CANDIOTA III FASE C. Por aproximar-se o prazo de conclusão do empreendimento e por problema de operação da Fase A e B, os recursos em aplicação financeira reduziram-se de um ano para outro.

As receitas de venda de ativos incluem ativos físicos (propriedade, infraestrutura, equipamentos) e intangíveis (ex.: direitos de propriedade intelectual, modelos e nomes de marcas). As receitas de vendas de bens do permanente, referem-se a realização de venda de sucata de veículos e, principalmente, a venda de imóveis da Vila Operária, em Candiota/RS, relativa ao projeto de desmobilização de imóveis em parceria firmada com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Em 2008 a empresa investiu em projetos para a comunidade, tais como: Escola de Fábrica, onde muitos jovens e adultos estão tendo oportunidade de aprender uma profissão técnica para qualificarem-se às novas oportunidades que estão surgindo na metade sul do estado; Projeto Quintais, para famílias de quilombolas; e Luz para Todos, para dar acesso a energia elétrica a comunidades pobres ou indígenas.

O Patrimônio Líquido da CGTEE, ao final do exercício de 2008, atingiu o montante de R\$ 350,00 milhões, enquanto que em 2007 havia sido apurado um valor de R\$ 642,2 milhões, conforme ilustra o gráfico a seguir.

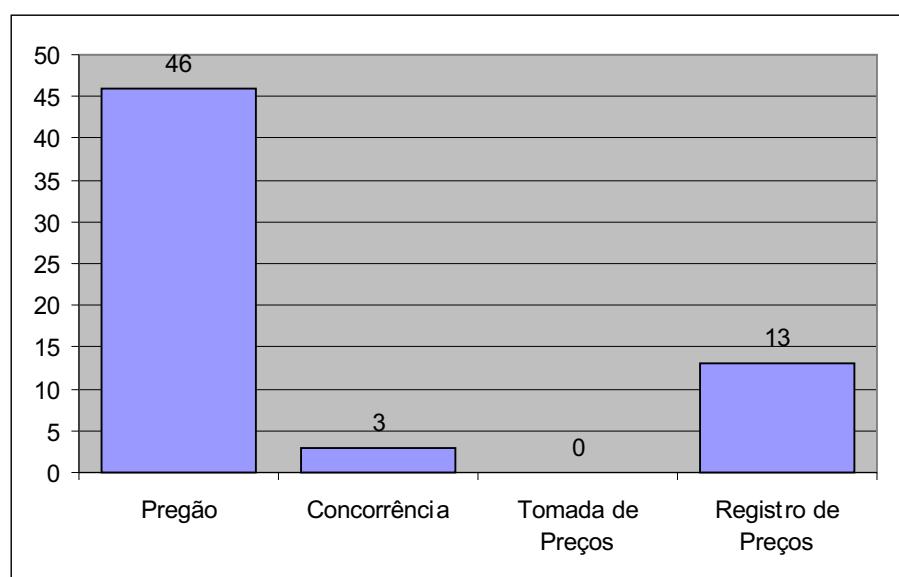


Evolução do Patrimônio Líquido Período 1998 - 2008

Gestão de Suprimentos de Bens e Serviço

Consolidamos em 2008 o Pregão Presencial e o Eletrônico com uma economia de 11,95% do valor orçado, o que correspondeu a um deságio de R\$ 4.650.762,05.

Destaca-se que a empresa é pioneira na implementação do processo licitatório do tipo pregão, modalidade Registro de Preços, no Sistema Eletrobrás. Tem realizado, em média, 90% de suas aquisições através de pregão eletrônico, o que tem reduzido consideravelmente os montantes dispendidos. Além disso, a empresa possui mecanismos que garantem a não utilização de reajustes automáticos nos contratos, a partir de uma comissão que realiza a análise do equilíbrio financeiro dos montantes contratuais.



Licitações efetivamente realizadas em 2008

Previdência Complementar Patrocinada

Com relação ao controle das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, a CGTEE mantém um convênio de adesão com a Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE (CNPJ 90.884.412/0001-24), cujo demonstrativo anual é detalhado a seguir:

Período	Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	Contribuições pagas pelos Empregados Participantes	Contribuições pagas pela Patrocinadora	Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora
Jan/08	3.092.561,97	225.285,48	364.630,05	107.045,24
Fev/08	2.453.812,77	197.819,55	323.269,68	102.072,58
Mar/08	1.562.603,86	151.059,59	250.186,19	101.854,13
Abr/08	1.625.498,79	149.058,57	255.075,85	102.375,34
Mai/08	1.506.234,97	135.607,86	237.359,10	98.771,31
Jun/08	1.480.964,98	128.615,41	226.553,67	97.121,32
Jul/08	2.707.112,92	182.363,13	307.449,37	100.238,78
Ago/08	1.716.972,28	159.123,50	280.378,79	93.714,91
Set/08	1.655.395,58	149.415,34	261.462,68	88.203,44
Out/08	1.676.846,20	145.363,73	255.703,02	92.739,93
Nov/08	1.617.946,37	146.598,05	259.630,21	95.274,03
Dez/08	1.678.091,17	305.526,67	539.898,15	95.994,52
Total	22.774.041,86	2.075.836,88	3.561.596,76	1.175.405,53

A diferença entre a Contribuição da Patrocinadora e a Contribuição paga pelos empregados refere-se a Reserva a Amortizar e a Contribuição de Assistidos. A Reserva a Amortizar é um compromisso assumido quando da cisão da CEEE e da constituição da CGTEE, quando esta última assumiu os compromissos com a Fundação relativos aos empregados sub-rogados. Estes compromissos são referentes a cobertura de serviços passados dos participantes fundadores, que quando da instituição do plano apresentavam proximidade maior a aposentadoria, o que gerou um compromisso inicial cuja cobertura foi assumida pela CEEE como incentivo a adesão dos empregados. Este compromisso foi assumido antes da Emenda Constitucional nº 20.

O valor referente a Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora refere-se a Seguros e Empréstimos descontados em folha dos participantes.

A Fundação CEEE apresentou os documentos conforme a Lei 109/2001, que determina que os Fundos de Pensão apresentem o Balanço Consolidado e os Pareceres dos Conselhos Fiscal e Conselho Deliberativo e da Auditoria Independente. A SPC não se manifestou com relação às demonstrações contábeis.

Abaixo discriminamos o valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal administrados pela Fundação CEEE de Seguridade Social:

FUNDO GARANTIDOR

FUNDO GARANTIDOR Dez - 08	R\$1.000,00	Part. (%)
RENDA FIXA	2.561.544,6	72,3
Fundos de Renda Fixa	2.159.691,9	60,9
Carteira Própria de Renda Fixa	401.852,8	11,3
Títulos Públicos	287.509,3	8,1
Debêntures	20.762,8	0,6
FIDC	60.648,3	1,7
CRI	32.932,4	0,9
RENDA VARIÁVEL	604.633,6	17,1
Fundos de Renda Variável	166.749,1	4,7
Carteira Própria de Ações	430.645,6	12,1
Carteira de Participações	7.238,9	0,2
EMPR. A PARTICIPANTES	43.421,5	1,2
IMÓVEIS	51.424,9	1,5
Próprios	17.477,9	0,5
Alienados	33.947,0	1,0
OPER. PATROCINADORAS	282.571,1	8,0
CEEE-D	152.627,3	4,3
CEEE-GT	104.754,3	3,0
RGE	12.594,7	0,4
AES SUL	12.594,7	0,4
Conta Corrente	1.142,6	0,0
TOTAL	3.544.738,3	100,0

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS Dez - 08	R\$1.000,00	Part. (%)	Limites Legais (%)
RENDA FIXA	2.561.544,6	78,5	100
Fundos de Renda Fixa	2.159.691,9	66,2	
Carteira Própria de Renda Fixa	401.852,8	12,3	
Títulos Públicos	287.509,3	8,8	100
Debêntures	20.762,8	0,6	80
FIDC	60.648,3	1,9	10
CRI	32.932,4	1,0	80
RENDA VARIÁVEL	604.633,6	18,5	50
Fundos de Renda Variável	166.749,1	5,1	
Carteira Própria de Ações	430.645,6	13,2	
Carteira de Participações	7.238,9	0,2	20
EMPR. A PARTICIPANTES	43.421,5	1,3	15
IMÓVEIS	51.424,9	1,6	11
Próprios	17.477,9	0,5	
Alienados	33.947,0	1,0	
OPER. PATROCINADORAS	0,0	0,0	
CEEE-D	0,0	0,0	
CEEE-GT	0,0	0,0	
RGE	0,0	0,0	
AES SUL	0,0	0,0	
Conta Corrente	1.142,6	0,0	
TOTAL	3.544.738,3	100,0	

Não existe descumprimento dos limites fixados em lei para repasse de recursos pela patrocinadora, nem recursos humanos ou patrimoniais cedidos à patrocinada e nem dívidas entre a patrocinadora e a patrocinada.

Os limites legais acima são determinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3456/07.

Destacamos que a CGTEE efetua a supervisão sistemática das atividades da entidade pelo acompanhamento de relatórios.

Recentemente a ELETROCEE teve seu balanço patrimonial auditado, cujo parecer dos Auditores Independentes foi o seguinte:

(1) Examinamos o Balanço Patrimonial Consolidado da Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEE, em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício Consolidado e dos Fluxos Financeiros Consolidado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis. (2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as Normas de Auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas, Contábil e de Controles Internos, da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.(3) Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis, referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições, patrimonial e financeira da Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEE, em 31 de dezembro de 2008, o Resultado de suas Operações e os seus Fluxos Financeiros, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por auditores independentes, cujo parecer emitido em 22 de fevereiro de 2008, continha a seguinte ressalva: Em atendimento ao artigo 2.3 do regulamento anexo à resolução do conselho de Gestão da Previdência Complementar CGPC nº18, de 28 de março de 2006, que possibilita a implementação gradual da tábua AT-83 até 31 de dezembro de 2008, a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEE adotou a nova tábua GAM-83 em 2006, 50% da diferença entre a GAM-83 e a AT-83 na avaliação de fechamento em 2007. Em dezembro de 2008 será adotada a tábua de mortalidade geral correspondente a 100% da AT-83, e a tábua de mortalidade de inválidos correspondente a 100% da AT-49 para todos os planos de benefícios (nota explicativa nº12.3 e 13.2). Caso os custos de implantação da tábua AT-83 fossem reconhecidos imediata e integralmente pelo regime de competência, o resultado do exercício, as provisões matemáticas e os resultados realizados, incluiriam a parcela ainda não apropriada. Considerando o disposto na resolução CGPC nº18, de 28 de março de 2006, e com base em estudo atuarial efetuado internamente pela entidade, na data de 31 de agosto de 2007 (não atualizado até 31 de dezembro de 2007), o aumento dos custos nas provisões matemáticas a serem apropriadas em 2008 foi estimado em R\$91 milhões. Continha também, o seguinte parágrafo de ênfase: Até a data da emissão do parecer dos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o DRAA Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial, da patrocinadora AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, não assinado pelos seus representantes legais. (RUSSEL BEDFORD BRASIL)

P&D ANEEL

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D ANEEL) da CGTEE conta com 05 Ciclos concluídos e aprovados pela ANEEL (Ciclo 2000/2001, Ciclo 2001/2002, Ciclo 2002/2003, Ciclo 2003/2004 e 2004/2005), 01 Ciclo em execução (Ciclo 2005/2006), 01 Ciclo com projetos em aprovação pela ANEEL (Ciclo 2006/2007). A Tabela abaixo demonstra os valores aplicados pela CGTEE em Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Leis nº. 9.991 de 24/07/2000 e nº. 10.848 de 15/03/2004.

CICLO	P&D (R\$)	*FNDCT (R\$)	**EPE (R\$)
2000/2001	706.000,00	685.821,36	-
2001/2002	840.036,00	780.078,50	-
2002/2003	795.446,00	728.929,21	-
2003/2004	764.364,00	697.033,64	348.516,82
2004/2005	889.224,00	888.229,27	444.114,64
2005/2006	702.760,47	702.760,47	351.380,00
2006/2007	624.789,00	624.789,00	312.394,50
***2007/2008	566.417,39	566.417,39	283.216,89
Abr a Dez/2008	659.013,77	548.121,77	274.060,88

*Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério de Ciência e Tecnologia)

** Empresa de Pesquisas Energéticas (Ministério de Minas e Energia)

*** Início da Nova Regulamentação ANEEL, deixa de ser sistemas de ciclos e passa a ser sistema anual

Para o ano de 2009, a CGTEE estará reformulando o programa de P&D, atendendo as novas exigências da ANEEL e, com isso, apresentando ao conjunto de funcionários e à comunidade científica um novo manual de procedimentos para prospecção e avaliação dos projetos, buscando cada vez mais transparência e acessibilidade aos recursos provenientes do seu programa de P&D.

Investimento em P&D por temas estratégicos em relação ao faturamento

Receita Operacional Líquida: R\$137.030.442,13

Investimento em P&D em 2008: R\$ 2.017.034,51

Percentual de 1,47%

Dimensão Social

Responsabilidade com a comunidade e seus empregados fazem da CGTEE uma empresa comprometida com a qualidade de vida daqueles que protagonizam o crescimento da empresa, neste sentido, programas e políticas voltados para seus funcionários, consumidores, fornecedores e clientes são realizados permanentemente e produzem com isso um conjunto de indicadores monitorados para a busca da melhoria.

Responsabilidade Social

A CGTEE visando afirmar o seu papel como empresa pública na construção de uma sociedade sustentável vem realizando de forma transversal um conjunto de programas e projetos sociais que visam qualificar as relações entre a empresa e suas partes interessadas.

Neste sentido, manteve em execução projetos importantes como o Escola de Fábrica que em 2008 qualificou 400 alunos totalizando 1520 jovens em suas quatro edições, preparando-os para o mercado de trabalho. Aproveitado vários destes quadros em seus projetos de ampliação do parque gerador.

Destaca-se também o projeto Jovens Aprendizes que promoveu a formação técnica de 56 alunos em

suas duas edições. O Projeto Quintais Orgânicos de Frutas que nas quatro edições já executou 770 quintais em 91 municípios e o Projeto Segundo Tempo que atua no esporte e lazer de jovens em risco social atendendo 300 beneficiários em 2008.

Além destes projetos a CGTEE desenvolve um programa voluntário de doação de sangue a diversos hospitais para contribuir para a saúde da população gaúcha.

Estes são alguns dos exemplos que fazem da CGTEE uma empresa comprometida com o desenvolvimento sustentável do Brasil e muito mais do que isso, formando cidadãos e construindo um projeto real de responsabilidade socioambiental.



Composição dos grupos, por categoria, raça, gênero e faixa etária.

Categorias		Gênero	Raça	Número	
Governança	Conselho de Administração	Masculino	Branca	6	
		Feminino			
	Conselho Fiscal	Masculino	Branca	2	
		Feminino	Branca	1	
	Diretoria	Masculino	Branca	4	
		Feminino			
	Funções Gerenciais	Masculino	Branca	36	
			Preta	2	
			Parda	4	
		Feminino	Branca	10	
Demais Empregados		Masculino	Branca	336	
			Preta	31	
			Parda	34	
		Feminino	Branca	65	
			Preta	9	
			Parda	8	
		Feminino	Amarela	1	
Total Grupos de Governança				13	
Total Funções Gerenciais				52	
Total Demais Empregados				484	
Total Geral				549	

Categorias		Gênero	Faixa Etária	Número	
Governança	Conselho de Administração	Masculino	Até 30 anos		
			De 31 a 40 anos	1	
			De 41 a 50 anos	1	
			Acima de 50 anos	4	
	Conselho Fiscal	Masculino	De 41 a 50 anos	1	
			Acima de 50 anos	1	
		Feminino	Acima de 50 anos	1	
	Diretoria	Masculino	De 41 a 50 anos	2	
			Acima de 50 anos	2	
Funções Gerenciais		Masculino	Até 30 anos	1	
			De 31 a 40 anos	3	
			De 41 a 50 anos	27	
			Acima de 50 anos	11	
		Feminino	Até 30 anos	1	
			De 31 a 40 anos	2	
			De 41 a 50 anos	2	
			Acima de 50 anos	5	
	Demais Empregados	Masculino	Até 30 anos	28	
			De 31 a 40 anos	42	
			De 41 a 50 anos	231	
			Acima de 50 anos	98	
		Feminino	Até 30 anos	3	
			De 31 a 40 anos	15	
Total Grupos de Governança				13	
Total Funções Gerenciais				52	
Total Demais Empregados				484	
Total Geral				549	

Obs.: Nas funções gerenciais considera-se a ocupação de 02 funções gerenciais por empregados requisitados de outras empresas.

Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região:

Situações		masculino	feminino	total
Número de empregados no início do período		447	92	539
Demissões no período	Voluntária	2	-	2
	Não voluntária	-	1	1
Número de aposentadorias no período	Voluntária	2	-	2
	Compulsória	-	-	-
Desligamentos por outros motivos		3	2	5
Número de admissões durante o período		3	2	5
Número de empregados no final do período		443	91	534

Situações		Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	Acima de 50 anos	total
Número de empregados no início do período		39	68	318	114	539
Demissões no período	Voluntária	-	1	-	1	2
	Não voluntária	-	-	-	1	1
Número de aposentadorias no período	Voluntária	-	-	-	2	2
	Compulsória	-	-	-	-	-
Desligamentos por outros motivos		-	2	1	2	5
Número de admissões durante o período		-	2	2	1	5
Número de empregados no final do período		33	62	299	140	534

Proporção entre o salário base e a remuneração entre homens e mulheres, por categoria:

CATEGORIA	SALÁRIO BASE			REMUNERAÇÃO		
	Homens (H)	Mulheres (M)	H/M	Homens (H)	Mulheres (M)	H/M
Diretoria	14.408,02	-	-	17.048,00	-	-
Função Gerencial	3.713,95	4.431,06	0,84	6.883,24	5.068,21	1,36
Empregados	2.969,93	2.707,08	1,10	4.251,55	3.956,95	1,07

Comitês

Existem 3 CIPA's (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) constituídas na companhia. Estão funcionando na Sede, em São Jerônimo e na UPME. Considerando as 3 Cipas temos 100% dos empregados nelas representados. Grupo de Trabalho Multidisciplinar de Gestão Integrada visando implementar ações relativas à garantia de atendimento dos padrões legais vigentes relativos à saúde ocupacional, segurança e meio ambiente da Unidade de Candiota.



Participação em Saúde e Segurança

Em relação ao tema Segurança e Medicina do Trabalho consta no acordo coletivo firmado entre a empresa e o sindicato a seguinte cláusula:

“Cláusula 31ª - Mapa de Riscos: No prazo de 60 (sessenta) dias a suscitada, juntamente com representante autorizado do suscitante e os membros da CIPA local revisarão o Mapa de Riscos das áreas de trabalho, conforme determina a NR 7.”



Acidentes de Trabalho

Descrição	Número
Número total de acidentes de trabalho com empregados	23
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,04
Acidentes com afastamento temporário de empregados	8
Número total de dias perdidos em função de acidentes	185
Acidentes que resultaram em mutilações ou outros danos à integridade física e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0%
Índice TF (Taxa de Frequência) total da empresa no período, para empregados.	14,69

Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva. “100%”

Direitos Humanos

Está contemplado nos editais de licitação, no código de ética e código de conduta, os compromissos com a erradicação dos trabalhos infantil e forçado, a prevenção ao assédio moral e sexual, combate à corrupção, compromisso com práticas permanentes de equidade de gênero e a garantia de livre associação sindical. Estes compromissos também estão ratificados com a adesão da empresa ao Pacto Global.

Pacto Global

O Pacto Global é uma iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas) que incentiva o setor público e privado a contribuir ativamente para suas resoluções e para a governança de um planeta sustentável.

O Pacto Global consiste de 10 princípios de gestão corporativa, fundamentos nos direitos universais, que conferem às empresas um nível internacional de parceria com a ONU em suas políticas e práticas de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

A CGTEE aderiu ao Pacto Global em 24/07/2008.



Balanço Social

O registro das ações voltadas para a responsabilidade social permite avaliar seus resultados e direcionar os recursos para o futuro. O balanço social da empresa explicita a forma de gestão de negócios e os resultados atingidos, investimentos realizados e os desafios para o futuro.

* Revisado em 25 de junho de 2009.

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA		
INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL		
(Valores expressos em milhares de reais)		
Geração e distribuição de riqueza (DVA) - R\$/mil	Em 2008: (191.645)	Em 2007: 685
Distribuição do Valor Adicionado (coeficientes)		
Empregados	63.367	46.795
Governo	32.153	21.946
Agentes Financeiros	5.037	1.093
Acionista	(292.202)	(69.149)
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada na íntegra no conjunto das Demonstrações Contábeis		
Recursos Humanos		
Remuneração	2008	2007
Remuneração Bruta (RM)	35.599	31.166
- Empregados	34.798	30.492
- Administradores	801	674
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	19,4	20,9
- Administradores	10,0	10,0
	2008	2007
Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre RM
Encargos Sociais	14.158	39,8%
Alimentação	2.829	7,9%
Transporte	965	2,7%
Previdência privada	3.376	9,5%
Saúde	1.264	3,6%
Segurança e medicina do trabalho	2.126	6,0%
Educação	68	0,2%
Cultura	35	0,1%
Capacitação e desenvolvimento profissional	116	0,3%
Creches ou auxílio creche	127	0,4%
Participação nos lucros ou resultados	7.944	22,3%
Total	33.008	92,8%
		12,4%
		23.382
		74,9%
		10,1%
Composição do Corpo Funcional	2008	2007
Nº de empregados no final do exercício	534	539
Nº de admissões	5	6
Nº de demissões	10	9
Nº de estagiários no final do exercício	77	107
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	-	-
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	654	632
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	443	447
- Feminino	91	92

Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-	-				
- De 18 a 35 anos	58	79				
- De 36 a 60 anos	473	451				
- Acima de 60 anos	3	9				
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-	-				
- Com ensino fundamental	104	180				
- Com ensino médio	166	128				
- Com ensino técnico	109	88				
- Com ensino superior	103	142				
- Pós-graduados	52	1				
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	84,3%	88,6%				
- Feminino	15,7%	11,4%				
Contingências e passivos trabalhistas	2008	2007				
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	70	40				
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	18	20				
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	19	21				
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	1.988	1.015				
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	2008	2007				
Relacionamento com a comunidade	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Totais dos investimentos em:						
Educação	47	0,0%	0,0%	928	0,3%	0,3%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	157	0,1%	0,1%	172	0,1%	0,1%
Esporte e lazer	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Alimentação	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	416	0,2%	0,2%	246	0,1%	0,1%
Total dos Investimentos	620	0,3%	0,3%	1.346	0,5%	0,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.359	4,2%	4,6%	6.614	2,3%	2,5%
Total - Relacionamento com a comunidade	12.979	4,5%	4,9%	7.960	2,8%	3,0%

Interação com o Meio Ambiente	2008			2007		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	1.218	0,4%	0,5%	315	0,1%	0,1%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	15	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	4.376	1,5%	1,6%	10.657	3,6%	4,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	5.611	1,9%	2,1%	10.972	3,7%	4,1%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			2007		
Número total de acidentes de trabalho	35			34		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva
Outras informações	2008			2007		
Receita Líquida (RL)	265.831			228.300		
Resultado Operacional (RO)	(292.202)			(69.384)		

Dimensão Ambiental

A CGTEE consciente do impacto que poderá vir a causar por sua atividade fim à população e ao meio ambiente do entorno de seus empreendimentos, investe em ações de responsabilidade socioambiental, visando promover o desenvolvimento sustentável nas áreas onde atua.

Projeto de Recirculação de Efluentes Líquidos

Com o objetivo de reduzir a vazão de lançamento de efluentes líquidos e, por consequência, a captação de água bruta do Arroio Candiota, foi desenvolvido o Projeto de Recirculação de Efluentes Líquidos, com as instalações concluídas e em fase de testes operacionais. Além do benefício direto através do retorno do efluente líquido das bacias, tornando o empreendimento ambientalmente mais sustentável, agregou-se como benefício econômico indireto a redução no consumo de energia decorrente da otimização da operação de bombeamento na planta industrial. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais).

Conclusão da Cobertura do Pátio de Armazenagem de Carvão

Com uma área coberta de 10.400,00 m², além daquela relativa à drenagem e impermeabilização, que totaliza aproximadamente 20.250,00 m², no Departamento de Produção de Candiota (DTC), a construção da cobertura sobre o pátio de estocagem de carvão, bem como a execução de um sistema de drenagem eficiente, objetivou fornecer ao DTC as condições necessárias para operação adequada desta área.

Os benefícios ambientais advindos deste projeto têm como principais reflexos a redução na concentração de material particulado em suspensão no ambiente, melhora na qualidade do efluente líquido e a eliminação dos riscos relacionados à contaminação do solo, obtidos pela impermeabilização. Além destes, a cobertura atenua os efeitos extremamente danosos à operação do sistema de carvão, consequência da elevada umidade retida, em função da exposição do material estocado, quando esta área era descoberta. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 5.860.000,00 (cinco milhões oitocentos e sessenta mil reais).

Construção do Prédio para a Lubrificação

A construção desta edificação se justificou pelo fato de que o Setor de Lubrificação não possuía uma área construída em conformidade legal às atividades de estocagem e manuseio destes produtos (óleo). As embalagens e o material descartado representava riscos tendo em vista que não havia a correta destinação dos produtos caso ocorresse algum vazamento durante a operação e manuseio. O projeto visou disponibilizar uma área física destinada à coordenação do setor de lubrificação, local para estocagem e para operação de manuseio, sistema para condução de todos os efluentes para uma caixa separadora de óleo, incluído também no escopo a impermeabilização e drenagem do terreno compatível com um alto nível de segurança exigido. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais).



Instalação do Sistema de Despoeiramento da Torre de Manuseio de Carvão

O despoeiramento tem por finalidade a captação de material particulado proveniente da emissão fugitiva decorrente do manuseio de carvão. Esta iniciativa objetiva agregar ganhos significativos à condição de saúde ocupacional, bem como redução do desgaste de equipamentos, adequando-se às exigências do IBAMA. Trata-se de um projeto piloto, visto que as características do material a ser capturado são diferenciadas, servindo os resultados como base para projetos futuros. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais).

Total de retirada de água por fonte

Água superficial: 3.022.200 m³
Abastecimento municipal: 7.417 m³

Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso

Emissões diretas: CO₂ = 1.290.916 t/ano
Emissões indiretas, resultantes do consumo de combustível fóssil pela frota da Companhia: CO₂ = 427 t/ano

Para o cálculo das emissões de CO₂ utilizou-se metodologia sugerida pela IPCC .

NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso

SO₂= 28.664 t/ano
NO_x = 2.234 t/ano

Descarte total de água, por qualidade e destinação

Os descartes planejados referem-se à disposição do efluente líquido gerado no processo produtivo da Usina Termelétrica Presidente Médici. Este efluente recebe tratamento primário em bacias de sedimentação, que garante o lançamento no corpo hídrico atendendo os padrões preconizados pela legislação vigente.

Volume de efluente descartado e tratado em 2008: 2.003.607 m³.

Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora:



O descarte do efluente líquido da Usina Termelétrica Presidente Médici é realizado no Arroio Candiota, atendendo todos os parâmetros preconizados pelo órgão de fiscalização ambiental. Os resultados do monitoramento sistemático deste corpo hídrico sugerem que a qualidade da água e sua biodiversidade não sofrem impacto significativo pelo descarte realizado. A Usina Termelétrica de São Jerônimo dispõe de um sistema de recirculação do seu efluente líquido, não sendo portanto realizado descarte em corpos hídricos.

Resíduos Gerados pela CGTEE

PERIGOSOS NÃO PERIGOSOS

	TOTAL	COPROCES.	Central de Res.	MINA	ESTOCADO	Recicl	Unidade
Cinzas de caldeira	789.981,39	316.723,91		473.257,48			t
Resíduo gerado for a do processo industrial (escritórios, embalagens, etc.)	72,58	70,58		2,00			t
Resíduo de varrição não perigoso	52,46			52,46			t
Sucata de metais ferrosos	87,70				87,70		t
Embalagens metálicas (latas vazias)	0,34				0,34		t
Sucata de metais não ferrosos	0,40				0,40		t
Resíduo plástico (filmes e peq. Embalagens)	0,18				0,18		t
Fibra de vidro	9,60				9,60		t
Resíduo de Refratário	0,68				0,68		t
Resíduo de vidro	0,24				0,24		t
Isopor	0,08				0,08		t
Lã de vidro	241,80		240,00		1,80		m³
Acumuladores de energia (baterias, pilhas, assemelhados)	14,34				14,34		Kg
Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio ou sódio)	9.617,00				9.617,00		Pç
Resíduos oriundos de laboratórios industriais	100,00						L
Embalagens vazias contaminadas	10,40				10,40		m³
Resíduo de tintas e pigmentos	0,60				0,60		m³
Óleo usado (contaminado)	18,60	16,00			2,60		t
Material contaminado com óleo	12,40				12,40		m³
Resíduo de amianto	1,60				1,60		m³
Resíduo têxtil contaminado (panos, estopas, etc...)	3,84	2,00			1,84		Kg
Outros resíduos perigosos (corrosivo, resina,...)	8,00	8,00					t

Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade

A biodiversidade é sistematicamente avaliada através de relatórios quadrimestrais de monitoramento de diversos compartimentos ambientais: água subterrânea, água superficial, sedimentos, fitoplâncton, perifiton, zooplâncton, macrofauna bentônica, ictiofauna, flora, avifauna, hertetofauna, além de bioindicadores de qualidade do ar.

Os resultados apresentados nos relatórios de monitoramento sinalizam que a biodiversidade das áreas monitoradas não sofre impactos significativos associados ao processo produtivo.

Na fase atual, de construção da UTE Candiota III, com o afluxo de um pequeno número de chineses ao município, em torno de 80, não se evidencia um impacto significativo na estrutura social e cultural da comunidade. Nota-se, no entanto, o rompimento de uma importante barreira cultural: a língua. Muitos trabalhadores chineses estão aprendendo rapidamente a se comunicar em português, e também, só que de forma menos intensa, alguns brasileiros (funcionários do CITIC) começam a aprender mandarim.

Os demais trabalhadores, oriundos de outras localidades, vivem em alojamentos com infraestrutura adequada, implantados pelas empresas construtoras, de maneira que o impacto na comunidade é minimizado.

Em relação à utilização da terra não houve registro de mudanças fundiárias na Área de Influência Direta a partir da instalação da UTE Candiota III (Fase C).

Em relação aos impactos na infraestrutura, no período recente, observam-se algumas melhorias na infraestrutura urbana do município de Candiota. O calçamento da sede municipal, ampliação do prédio da Brigada Militar, reforma e adaptação do prédio da Feira do Produtor possibilitada pelo convênio assinado entre Prefeitura Municipal, CGTEE, CITIC e Consórcio Sul Energia. Além disso, está em processo de entrega pela CGTEE ao Hospital de Candiota, uma UTI móvel totalmente equipada.

Com vistas a uma avaliação sobre possíveis mudanças na estética da paisagem a UTE Candiota III (Fase C) está sendo construída junto ao complexo da UTE Presidente Médici (Fase A e B). Além disso, historicamente o entorno da área abrigou a primeira usina de Candiota desde 1961. Portanto, a magnitude do impacto na mudança na estética da paisagem é mínima.

Destaca-se como oportunidades econômicas geradas localmente pelo empreendimento alguns investimentos no setor de comércio e serviços, principalmente a melhoria e ampliação de restaurantes e hospedagens e também na área educacional. Em relação ao possível deslocamento físico ou econômico fruto da implantação da UTE Candiota III pelo fato do empreendimento estar restrito à área de propriedade da CGTEE, não há o deslocamento físico ou econômico de pessoas.



Programas visando às questões socioambientais:

Programa de Capacitação e Treinamento

A CGTEE vem desenvolvendo em parceria com o MEC, o Programa Escola de Fábrica. Direcionado a jovens de 16 a 24 anos, com renda de até um salário mínimo e meio por pessoa da família visa à inclusão social por meio da formação profissional. O Programa está em sua 4ª Etapa e já formou 1.120 em cursos de Caldeireiro, Desenhista de Projetos Auxiliado por Computador, Eletricista Montador, Encanador Tubista, Mecânico Montador e Soldador.

Programa de Comunicação Social

Tem por objetivo traduzir a política e a forma de gestão da CGTEE, seus objetivos e suas metas e buscar contemplar todos os setores envolvidos com produção, apoio, empreendimentos, projetos, obras e ações. Recentemente distribuí-se 57,3 mil exemplares de uma edição especial do Impresso Geração CGTEE em 9 municípios do Sul do RS, No informativo apresentou-se um panorama geral sobre o andamento da Construção da UTE Candiota III, bem como as ações socioambientais da Companhia na região.

Programa de Educação Ambiental

Visa repensar a relação desenvolvimento e meio ambiente: o sentido do mundo natural, o significado e uso dos seus recursos, o efeito das ações humanas sobre o Meio Ambiente; e outros elementos necessários à revisão de conceitos e práticas do comportamento humano dentro da realidade ambiental do Bioma Pampa. Atualmente está sendo executada a etapa de formação de multiplicadores ambientais voltada a funcionários, professores da rede pública e instituições sociais. A meta para ano é formar 680 multiplicadores ambientais.

Programa de Integração Comunitária

Projetos e ações com a finalidade de promover a cidadania e o desenvolvimento humano, visando uma sociedade mais consciente, justa e solidária através dos seguintes projetos:

Projeto Quintais Orgânicos de Frutas

Desenvolvido em parceria com a EMBRAPA, tem por objetivo introduzir e validar tecnologias que propiciem a implantação de quintais orgânicos de frutas, de forma a contribuir com a diminuição da fome e melhorar a qualidade de vida da população.

Programa de melhoria da Infraestrutura urbana em Candiota

Estabelecer convênios com instituições locais para atendimento a demandas de infraestrutura urbana do município. No ano passado foram firmados, pela CGTEE ou pelas empresas atuantes na construção da UTE Candiota III, importantes convênios com a Prefeitura de Candiota, Brigada Militar e o Corpo de Bombeiros para a melhoria da infraestrutura pública do município.

Participação na elaboração, avaliação, implantação ou monitoramento de políticas públicas

A CGTEE também participa do Programa de Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal, tendo conquistado "o selo Pró-Equidade de Gênero" e está confirmada sua adesão na 3º edição do programa pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal.

Projeto Microalgas

A CGTEE amparada pela diretriz estratégica de desenvolver tecnologias capazes de sustentar o uso do carvão mineral como fonte de energia, busca por meio desta pesquisa aprofundar e desenvolver a possibilidade de que os microrganismos fotossintéticos, em especial as microalgas, sejam usadas na remoção, captura, sequestro e utilização do CO2.

O projeto "Biofixação de CO2 por Microalgas" está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande FURG em parceria com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica CGTEE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás desde 2005.

Na primeira etapa do projeto ocorreu o estudo da viabilidade técnica da execução da biofixação de CO2 proveniente do gás de combustão da Usina Termelétrica Presidente Médici - CGTEE - Candiota, desenvolvida, basicamente, no Laboratório de Engenharia Bioquímica - FURG. Na segunda fase, o projeto contemplou a construção de uma planta piloto de biofixação de CO2 por microalgas dentro da usina, para realização de experimentos com o gás de combustão real.

Índice GRI

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
Estratégia e análise			
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia	8	
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	NR	
Perfil organizacional			
2.1	Nome da organização	8	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	8	
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais e subsidiárias e joint ventures	8	
2.4	Localização da sede da organização	8	
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório	8	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	11	
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários)	8	
2.8	Porte da organização	8	
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária	NA	
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	8	
Parâmetros para o relatório			
3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas	7	
3.2	Data do relatório anterior mais recente	7	
3.3	Ciclo de emissão do relatório	7	
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo	7	
3.5	Processo para definição de conteúdo do relatório	7	
3.6	Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores)	7	
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	7	
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações	NA	
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório	NR	
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões e aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição)	NA	Não houve reformulação de informações

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere ao escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	NA	Este é o primeiro relatório nos moldes do GRI
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	38-44	
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório. Se a verificação não for incluída no relatório de sustentabilidade, é preciso explicar o escopo e a base de qualquer verificação externa fornecida, bem como a relação entre a organização relatora e o(s) auditor(es).	NR	
Governança, Compromissos e Engajamento			
4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.	12-13	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).	NA	
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária ¹¹ , declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança.	12-13	
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança.	13 e 15	
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental).	NR	
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	NR	
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais.	NR	
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.	10 e 15	
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.	NR	
4.10	Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.	NR	
COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS			
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.	NR	
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	27 e 35	

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/ internacionais de defesa em que a organização.	NR	
4.14	<i>ENGAGEMENT OF STAKEHOLDERS</i> Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.	14	
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar.	14	
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i> , incluindo a freqüência do engajamento por tipo e por grupos de <i>stakeholders</i> .	14	
4.17	Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i> e que medidas a organização tem adotado para tratá-los.	NR	
Indicadores de Desempenho Econômico			
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	17	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	NR	
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	19-21	
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.	NR	
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	NR	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	NR	
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	NR	
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .	NR	
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	34	
Indicadores de Desempenho Ambiental			
EN1	Materiais usados por peso ou volume.	NR	
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	NR	

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	16	
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	16	
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	NR	
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	NR	
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	NR	
EN8	Total de retirada de água por fonte.	32	
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	32	
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	NR	
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	NR	
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	NR	
EN13	Habitats protegidos ou restaurados.	NR	
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	34	
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	NR	
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.	32	
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	32	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	35	
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	NR	
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	32	
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	32	
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	33	
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.	NR	

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia ¹³ Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	NR	
EN25	Identificação, tamanho, <i>status</i> de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	32	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	NR	
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	NR	
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	30	
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.	NR	
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	30	
Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente			
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	24-25	
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	25	
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.	NR	
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	26	
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	NR	
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	26	
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	26	

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	NR	
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	26	
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.	NR	
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	NR	
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	NR	
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	24	
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	25	
Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos			
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	27	
HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	NR	
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	NR	
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	NR	
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	NR	
HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	NR	
HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	NR	

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	NR	
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	NA	Não houve casos de violação
Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade			
SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	34	
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	NR	
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	NR	
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	NR	
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .	35	
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	NA	Como empresa pública a CGTEE é impedida por lei de realizar contribuições financeiras desde tipo
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	NR	
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	NR	
Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto			
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	NR	
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	NR	
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	NA	O produto da CGTEE é energia elétrica que não exigem embalagem
PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	NR	O produto da CGTEE é energia elétrica que não exigem embalagem

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	NR	
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	NR	
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	NR	
<i>ASPECTO: CONFORMIDADE</i>			
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	NR	
<i>ASPECT: COMPLIANCE</i>			
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	NR	

Nível de Aplicação

Opcional	Examinado por Terceiros	Examinado pela GR	C	C ⁺	B	B ⁺	A	A ⁺
Obrigatório	Auto Declarado		✓					

Equipe de Elaboração

Coordenação

Halikan Daniel Dias
Alessandro Barcellos

Colaboradores

Annette Conceição Piccoli
Carlos Roberto Hebeche
Cecilia Hypolito
Eleandra Raquel Koch
Guaracy de Souza Cunha
João Luis Lucas Maracci
José Hilton da Silva Cardoso
José Mário Ramos
Luis Fernando dos Santos Farias
Marcelo Jungmann Godinho
Marcus Vinicios da Costa
Renato Maracci
Rosângela Machado
Simone Soccäl Schwerter

Diagramação

Leticia Ferreira Vaz



SELO
PRÓ-EQUIDADE
DE GÊNERO 2009



Ministério de
Minas e Energia